

ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA USADO POR SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Daniele Siqueira Veras ¹
Julliana Vitória Costa Santos ²

RESUMO

O livro didático é por sua natureza, bem mais que um simples “facilitador”, ou “utensílio” de ensino, é produto de um conjunto de relações de poder que configuram a sociedade do presente. Neste sentido, é um “locus” de conflito de interesses distintos. É indubitável o papel que os livros didáticos ocupam nas salas de aula, mesmo com o crescente avanço das novas tecnologias. O método a ser discutido é o método fônico que consiste na combinação entre ensino de correspondências entre grafemas e fonemas de uma língua e exercícios metafonológicos para aumentar a consciência fonêmica, ou seja, de que o fluxo da fala é composto de uma sucessão de um número limitado de fonemas que se combinam e recombinam segundo regras previsíveis. Atualmente, esse método de alfabetização e seu material didático, carregado de atividades sonoras, são usados em escolas da rede pública e das quais fazem parte alunos surdos. Diante desse panorama, esse estudo se propõe a realizar um levantamento e análise do material usado em sala de aula com pressuposto teórico da metodologia fônica e seus efeitos na aprendizagem do surdo. Para isso foi realizada uma pesquisa desse material didático que foram tratadas através de metodologia qualitativa. Espera-se com esse trabalho assessorar, de forma teórica, o trabalho dos profissionais da área, e, claro, colaborar para que a inserção do aluno surdo em sala de aula seja cada vez mais eficiente através da releitura dessa opção que possivelmente não observa a diversidade de alunos que dela fazem parte.

Palavras-chave: Livro didático, educação de surdos, língua portuguesa.

INTRODUÇÃO

Oficialmente, a preocupação com os livros didáticos no Brasil, tem início com a Legislação do Livro Didático, o Decreto-Lei 1006/1938. Nesse período já o livro era considerado uma ferramenta da educação política e ideológica, sendo caracterizado o Estado como censor no uso desse material didático.

Na maioria dos casos, os livros didáticos surpreendem pela incansável repetitividade de atividades que dirigem os alunos a exercícios de reprodução dos pensamentos elaborados por outros, em lugar de se fazerem sujeitos ativos no processo de construção do seu próprio conhecimento.

¹ Doutora em Psicologia Cognitiva (UFPE). Professora do Curso de Letras da Faculdade de Olinda (FOCCA), daniele.veras@gmail.com.

² Licencianda do Curso de Letras da Faculdade de Olinda (FOCCA), jullianavr@gmail.com.

Se durante o início do século passado os conteúdos a serem dados na escola assim como as metodologias de ensino vinham com o professor, nas décadas seguintes, os conteúdos escolares, assim como as metodologias passaram a ser conduzidos pelos livros didáticos.

Os achados na literatura relacionada vão de encontro com a alfabetização de alunos ouvintes, ou seja, que têm sua audição preservada e não encontram dificuldades em apreender o conteúdo trabalhado em sala de aula. Alguns autores trazem os benefícios e particularidades do método fônico para aprendizado, e em contrapartida, outros refazem a análise de modo a realizar possíveis intervenções e críticas a esse tipo de material usado no contexto escolar.

Propomos aqui discutir o livro didático que faz uso da metodologia fônica, na qual, trata-se do método em que o aprendizado se dá através da associação entre fonemas e grafemas, ou seja, sons e letras e o uso desse material e suas atividades em sala de aula com o aluno surdo. A inquietação de tal estudo se deu através da experiência prática na qual nos deparamos com o aluno surdo em sala de aula juntamente com o material didático incoerente para o seu uso, com uso de metodologia auditivo-oral e a necessidade do intérprete (de Libras) adaptar tais situações para que o aluno pudesse acompanhar atividades e avaliações propostas pelo sistema/método fônico de aprendizagem.

Para isso, o trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente será abordada a fundamentação teórica, apresentando tópicos relacionados ao livro didático, ao ensino de língua portuguesa e a educação de surdos; em seguida, o método utilizado na pesquisa e mais adiante, os resultados encontrados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O livro didático é por sua natureza, bem mais que um simples “facilitador”, ou “utensílio” de ensino. Ele é produto de um conjunto de relações de poder que configuram a sociedade do presente. Neste sentido, é um “*locus*” de conflito de interesses distintos. É indubitável o papel que os livros didáticos ocupam nas salas de aula de todo o país, mesmo com o crescente avanço das novas tecnologias.

O que se vê é que os conteúdos e metodologias utilizadas pelo professor em sala de aula seriam dependentes dos conteúdos e metodologias propostas pelo livro didático adotado/usado. Cabe aqui não questionarmos a importância do livro didático em sala de aula, mas podemos ressaltar alguns de seus objetivos desse material: servir de recurso de atualização para professores; demandar às necessidades e interesses do aluno; assessorar o professor e o aluno a alcançarem os objetivos educacionais na formação de seus conhecimentos, competências e

atitudes; contribuir para a formação de hábitos de crítica reflexiva do alunado e estar adequado ao projeto educativo da escola, assim sendo, ligado ao trabalho do professor dentro e fora da sala de aula. (ROMANATTO, 1987)

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou vários comitês para a avaliação dos livros didáticos, com objetivo de uma melhor qualidade desse material. Porém, esse processo ao longo dos anos tem se dado de forma lentificada, confrontando por vezes, logicamente a interesses editoriais. (BRASIL, 2001).

Pois para muitas editoras fica clara a ideia do livro didático como uma simples mercadoria. Sendo assim, em uma sociedade capitalista, está sempre submetido às leis de mercado, que implicam também em vencer a concorrência, atender os consumidores e a demanda do produto. No caso dos livros didáticos, especificamente, eles são produzidos para um mercado com demandas e expectativas pré-definidas, que serão inicialmente estabelecidas com base na escolha feita pelas escolas, e finalizando nas negociações com o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O livro didático no que se refere ao processo de aquisição, constitui-se apenas em uma “mercadoria”, submetido às leis vigentes do mercado.

Segundo Miranda e Luca (2004) a produção de livros didáticos envolve vários processos, de forma densa, entre conhecimentos de editoras, autores e conteúdos. Já o seu emprego envolverá relações de consumo, mercado, projetos escolares, compradores e leitores finais. Nessa perspectiva ao final do período das negociações entre a editora e o FNDE, as avaliações pedagógicas deixam de ser consideradas; no entanto, deveriam ter prioridade, pois é com fundamento nelas que se define o que será trabalhado na escola. Por isso muitas vezes o professor possui dificuldade com a utilização desse material, pois foi apenas pensado pela facilidade e baixo custo e não pela necessidade escolar do aluno. Fazendo com que esse estudante fique limitado em conteúdos que poderiam estar incluídos no livro didático, mas por questões técnicas e mercadológicas não estão.

Para Soares (2001) a nova demanda da educação nas primeiras séries do Ensino Fundamental exige que os novos livros didáticos se correspondam com as atuais exigências e perspectivas de uma educação no século XXI, no qual alguns elementos são essenciais, como por exemplo: valores, capacidades de resolução de problemas, aprender a aprender, “alfabetização científica e tecnológica”. Nessa atual perspectiva, o livro didático não pode continuar como apenas fonte de conhecimentos a serem transmitidos pelo professor com objetivo de serem memorizados e reproduzidos pelo alunado.

O livro didático, longe de ser uma única referência de acesso ao conteúdo disciplinar da escola, deve, além de tudo, orientar os processos do desenvolvimento da personalidade integral das crianças. (RAMALHO; NUÑEZ; GAUTHIER, 2000)

O que temos hoje na realidade escolar é o professor fazer uso do livro como o instrumento principal que orienta o conteúdo a ser administrado, a sequência desses conteúdos. O porquê desse fato acontecer constantemente na educação brasileira pode estar ligado à formação desse profissional seja ela inicial ou continuada. Definimos então, o livro didático como uma produção cultural que está subordinado à padrões e regras da sociedade e do saber.

Para darmos continuidade ao embasamento teórico da nossa pesquisa, é importante apresentar as relações entre a Fonologia, o estudo dos sons e o ensino de Língua Portuguesa, visto que é comum essa abordagem no livro didático da disciplina e conseqüentemente a aplicação em sala de aula.

A Fonologia e o ensino da Língua Portuguesa

A Fonologia é o estudo dos fonemas (os sons) de uma língua. De acordo com Silva (2013), fonema é “o som de uma língua que tem valor distintivo [...] e está caracterizado como unidade fonêmica” (2013, p. 126). Para a autora, “Fonologia é a disciplina da linguística que investiga o componente sonoro das línguas naturais do ponto de vista organizacional. Determina a distribuição dos sons e contraste entre eles, com ênfase na organização dos sistemas sonoros” (2013, p. 110).

Esse campo da linguística vem sendo utilizado há muitos anos no processo de alfabetização da língua portuguesa, pois a partir do reconhecimento dos sons existirá uma base para a compreensão da parte escrita da língua. Serão os sons que determinarão as letras que deverão ser usadas. Jaime Zorzi (2017, p. 10) em seu livro *As Letras Falam – Metodologia da Alfabetização* organiza os principais aspectos do conhecimento para o processo de aprendizagem, são algumas delas:

Compreender que, para cada fonema existe, no mínimo, uma letra para representá-lo. Isto significa aprender o valor sonoro das letras e estabilizar as correspondências fonemas-grafemas; compreender que, para escrever uma palavra, o ponto de partida é analisar sua estrutura sonora, identificar cada um dos fonemas componentes e atribuir a eles as letras correspondentes e complementarmente, faz-se necessário conhecer as letras, aprender a nomeá-las, a traçá-las, a diferenciar nome da letra versus o som que ela representa e consolidar um processo sistemático de correspondências entre fonemas e grafemas.

Percebe-se que o ensino da língua portuguesa nos anos iniciais está voltado geralmente para a parte sonora da língua, fonologia, onde os sons serão de grande importância no processo de aquisição da escrita dos alunos.

Considerando que a criança ao ser inserida no ambiente escolar já possui o conhecimento da linguagem oral, nos primeiros anos da alfabetização, a fala se sobrepõe à escrita, fase na qual são essenciais, por parte do alfabetizador, os conhecimentos relacionados ao desenvolvimento da consciência fonológica. Segundo Magalhães (2013, p. 02),

A consciência fonológica refere-se a uma capacidade metalinguística para identificar e manipular os fonemas ou sons que constituem a língua materna. Representa uma capacidade complexa em que a criança começa a identificar e a refletir que o discurso é constituído por um conjunto de frases, e que estas podem ser segmentadas em palavras, as palavras em sílabas e as sílabas em unidades mínimas, ou seja, os fonemas.

Para muitos estudiosos a consciência fonológica exerce um papel importante no processo de aprendizagem da leitura e escrita em línguas alfabéticas, pois a criança precisa ter essa consciência para se apropriar do sistema alfabético da escrita.

Dentre os vários tipos de métodos pensados para a alfabetização de crianças, baseados em diferentes perspectivas pedagógicas e psicológicas, o método fônico será destacado nesse trabalho. Essa abordagem consiste na combinação entre ensino de correspondências entre grafemas e fonemas de uma língua e exercícios metafonológicos para aumentar a consciência fonêmica, ou seja, de que o fluxo da fala é composto de uma sucessão de um número limitado de fonemas que se combinam e recombinaem segundo regras previsíveis. Esse método admite deparar em primeiro lugar o princípio alfabético e, progressivamente, dominar o conhecimento ortográfico da língua, através de textos produzidos exclusivamente para este fim (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2007).

O método fônico tem sua origem em contraposição do método chamado alfabético, aquele em que inicialmente são ensinados as formas e os sons das vogais e em seguida, as consoantes e progressivamente a união de ambas, evoluindo para sílabas mais complexas, o famoso B – A – BÁ.

É baseado no ensino dinâmico do código alfabético, ou seja, as relações entre os grafemas e os fonemas são apresentadas em meio a atividades que usam o lúdico, planejadas com o objetivo de levar os alunos a aprenderem a codificar a fala em escrita.

Não discutiremos aqui a eficiência ou não do método fônico em sala de aula e a sua proposta de alfabetização de crianças, mas sim a sua singularidade ao ser usado com alunos surdos em sala regulares.

Com isso, para melhor compreender como o aluno surdo tem acesso a educação e conseqüentemente o contato com a língua portuguesa na escola, se faz necessário entender os aspectos históricos e conceituais da educação de surdos.

História da Educação de Surdos

Até a década de 60, como na maioria dos países, o Brasil seguia a orientação dominante, considerando como melhor alternativa para o ensino de crianças surdas, o atendimento em separado (COSTA, 2008), ou seja, em turmas somente de surdos, já que seus problemas linguísticos as diferenciavam das crianças ouvintes. Então sugeriram escolas especiais, onde os “portadores de deficiência auditiva” eram educados, predominantemente, sob o aspecto da reabilitação oral.

A partir dos anos 80, seguindo a tendência mundial de integração/inclusão, adotou-se nova orientação no campo da educação de surdos: a meta que as escolas passaram a se colocar ultrapassava o campo clínico/terapêutico, englobando o campo pedagógico e linguístico numa perspectiva integracionista que encontrou respaldo filosófico, legal e político-educacional na Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Assim, a inclusão do aluno surdo no sistema regular de ensino é entendida como um processo resultante da evolução histórica da Educação Especial, calcada nos direitos humanos, constitui uma intenção que vem se definindo nesses últimos anos, no Brasil e em outros países.

A filosofia bilíngue da educação de surdos recomenda que essa criança adquira a Língua de Sinais como primeira língua, satisfazendo as necessidades comunicativas, emocionais, cognitiva e linguística do indivíduo, e como segunda, a língua de modalidade oral-auditiva de sua comunidade, no caso do Brasil, o português (GOLDFELD, 2002). Para muitos estudiosos do bilinguismo é necessário que desde a infância a criança surda tenha contato com a língua de sinais, principalmente com o convívio com outros surdos que dominem a língua, sendo assim, isso possibilitará a ela maior segurança e autoestima.

Dentro da perspectiva inclusiva, o bilinguismo surgiu como a alternativa mais viável para que processo educacional evolua com êxito. Essa filosofia educacional defende a ideia de que as línguas - de sinais (LIBRAS - Língua de Sinais Brasileira) e a Língua Portuguesa (oral e/ou escrita), sejam ensinadas e usadas sem que uma interfira/prejudique a outra.

Embora haja surdos oralizados que não apresentam dificuldades para entender e falar o português oral há outros com surdez profunda ou não, que têm como meio único de comunicação a língua de sinais, e desse modo apresentam grande dificuldade em concretizar a comunicação com ouvintes. Sabemos que a única opção linguística ainda oferecida, na grande maioria das salas de aula da escola inclusiva, é a língua majoritária – o português – que é a do professor e a dos colegas ouvintes. Sendo implantado na sala de aula o intérprete de língua de sinais, que tem a função de traduzir a fala do professor para LIBRAS com a finalidade de transmitir os conteúdos programáticos.

O Papel do Professor e do Intérpretes na Inclusão do Aluno Surdo

Segundo Vigotsky (1998), o adulto tem um papel muito relevante na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo da criança, pois na teoria sociointeracionista a interação com os demais auxiliará no aprendizado do aluno. Vygotsky (1993) em seus estudos também aborda a zona de desenvolvimento proximal, onde o professor ou alguém com mais conhecimento será mediador do aprendizado. Sendo assim, o professor possui uma função de grande importância para o desenvolvimento e inclusão do aluno surdo na escola regular.

Para Gatti (2013-2014) os professores têm papel decisivo, principalmente na educação básica, na qual atende alunos que estão em processo de formação em todos os aspectos. Por isso é importante ressaltar a função essencial do docente em contato com alunos surdos numa escola inclusiva. O trabalho docente tem muitos desafios ainda, esse professor, muitas vezes não está preparado para, enquanto leciona para classes heterogêneas educar alunos com deficiência incluídos.

O professor ao estar bem capacitado para receber o aluno surdo em sala, tem mais possibilidades de ajudar esse estudante em seu desenvolvimento. Pois mesmo que o conteúdo do livro seja voltado para o aluno ouvinte o professor estando devidamente capacitado consegue fazer as adaptações apropriadas para que o aluno surdo obtenha o mesmo aprendizado dos conteúdos que os ouvintes, possuindo assim maior chance de sucesso para ambos ao final. Por isso é importantíssimo que o docente possua uma boa formação continuada para lecionar a estes alunos, a fim de que haja igualdade de oportunidade para surdos e ouvintes na escola.

Além do professor, o intérprete da língua de sinais também tem grande importância no desenvolvimento e na inclusão do aluno surdo, pois sem a sua presença em sala de aula, torna-

se impossível que esse aluno adquira e absorva os conteúdos ministrados na aula pelo professor ouvinte. Porém, para que essa mediação ocorra da melhor forma é preciso que o professor e o intérprete trabalhem em conjunto, propiciando uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir coisas ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda.

Segundo afirma Lacerda et al. (2011, p.5), “o objetivo principal do intérprete não é apenas traduzir, mas buscar, juntamente com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido por uma aprendizagem especificamente elaborada e pensada, e, conseqüentemente, eficiente”. Pois assim o aluno se desenvolverá melhor, sendo realmente incluído no ambiente escolar e obtendo sucesso em seu aprendizado.

Muitas vezes ao se depararem com materiais que são voltados a alfabetização do aluno ouvinte, o professor e o intérprete precisam cooperar entre si para adaptar tais conteúdos para os alunos surdos da melhor forma, com a intenção de que esse aluno não perca nada e seja de forma integral incluído. A parceria entre o professor e o intérprete promove o aumento do desempenho do aluno surdo e se o professor tiver noções básicas da Libras, promoverá ainda mais o processo de inclusão (Quadros, 2004).

METODOLOGIA

A experiência relatada neste estudo foi realizada em uma Rede Municipal de Ensino no Estado de Pernambuco, na qual uma coleção baseada no método fônico é adotada e faz parte do material usado em sala de aula principalmente no ciclo de alfabetização.

Inicialmente foi realizado o contato com a rede e a secretaria municipal de educação do município para solicitar a anuência a pesquisa e o contato com os livros. A partir disso, foi nos indicado uma escola, com alunos surdos matriculados, para termos acesso ao material didático e conhecer a utilização em sala de aula.

Para compor a amostra da pesquisa, foram usados para análise os livros didáticos correspondentes ao ensino de Língua Portuguesa nas séries do Ensino Fundamental I baseados no método fônico, adotados pela rede e utilizados nas salas de aula regular com alunos surdos incluídos.

Os resultados serão apresentados através do levantamento, apresentação e discussão de atividades fônicas propostas pelo material. Dessa forma, relacionamos o aluno surdo em frente a esse tipo de enunciado totalmente auditivo.

Para melhor entender o contexto da pesquisa, é necessário apresentar a escola e os profissionais que nela atuam. Trata-se de uma escola na zona urbana do município, as margens de um rio e localizada numa comunidade populosa próxima ao centro comercial da cidade. A escola possui 30 funcionários, 179 alunos matriculados nas turmas de 1º ao 5º ano, e desses, 6 fazem parte da educação especial, com 3 surdos matriculados. Além disso, a escola possui uma cozinha e fornece a alimentação aos alunos, banheiros acessíveis, espaços comuns, sala da direção e coordenação, 5 computadores para uso administrativo com internet, aparelho de DVD e televisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que nos propomos a trazer aqui diz respeito a discutir como fica o aluno surdo frente a essa temática do livro didático em sala de aula, já que esse livro destinado a sua alfabetização e letramento (quando em sala regular) vem carregado de linguagem sonora auditiva, posto que esses livros e cartilhas são pensados, repensados e elaborados para o trabalho com os alunos ouvintes. Sabemos que os surdos não percebem essa relação (grafema-fonema) da mesma forma que os ouvintes. As palavras lhe serão apresentadas pela visão e não pela audição, e que para isso, o ideal seria proposto de atividades baseadas em critérios grafo-visuais. Porém, vemos constantemente que os materiais designados à alfabetização e ao letramento estimam o desenvolvimento da chamada consciência fonêmica através de exercícios baseados na relação dos aspectos grafo-sonoro-auditivos.

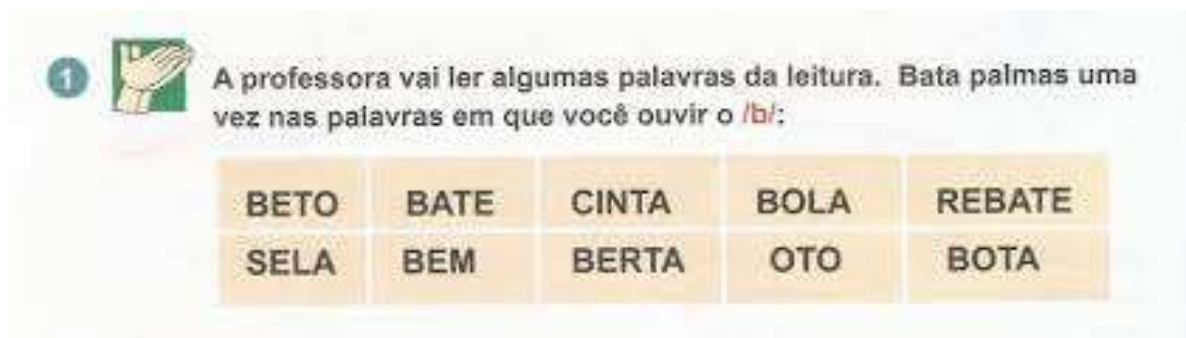
Inúmeras pesquisas mostram que as crianças ouvintes precisam aprender a relação dos grafemas e fonemas para aprender a ler e a escrever, sendo assim, dá se a partir disso a valorização do desenvolvimento da consciência fonêmica, onde a partir do momento que elas fazem o reconhecimento sobre um fonema, irão conseguir misturar, segmentar e manipular sons isolados em palavras e assim o processo de aprendizagem da leitura e da escrita irá acontecer de forma mais eficiente. Porém quando as crianças não têm consciência fonológica terão grandes dificuldades e problemas para aprender fonética e decodificação, especialmente quando precisam oralizar e misturar letras para formar novas palavras.


Esses livros ao serem adotados por escolas regulares, algumas da rede pública, e que adotam a “política inclusivista” não levam em consideração o aluno surdo, e trazem a tona se isso realmente se trata de inclusivismo já que ao se deparar com esse tipo de material/atividade o professor ou até mesmo o intérprete de língua de sinais se depara com o que fazer, como adaptar ou ainda, deixar passar aquela atividade, não explorar o conteúdo com aluno surdo já que demandaria realizar a atividade de outra forma. E se essa atividade é realizada de forma

diferente com o aluno surdo, poderia se afirmar que estaria segregando o aluno, ampliando sua distância do aluno ouvinte, distância esta que já existe por inúmeros fatores, inclusive linguísticos e que não são trabalhados na escola e nem adotados politicamente.

É nesse sentido que afirmamos que o enunciado de uma atividade e a forma pela qual se exige uma ação do aluno frente a ela pode incluí-lo ou excluí-lo da situação de aprendizagem e, conseqüentemente, da escola. O que significa para os surdos enunciados como: “bata palmas ao ouvir o som do /f/”? Este é apenas um exemplo de enunciado que alguns materiais trazem, enunciados esses especificamente pensados para alunos ouvintes e que não levam em consideração a singularidade linguística dos surdos em sua especificidade visoespacial, principalmente quando se propõe um trabalho com alfabetização e letramento, como o exemplo a seguir:

Figura 1 - Proposta de atividade do livro



1  A professora vai ler algumas palavras da leitura. Bata palmas uma vez nas palavras em que você ouvir o /b/:

BETO	BATE	CINTA	BOLA	REBATE
SELA	BEM	BERTA	OTO	BOTA

Fonte: Autoras (2020)

Ao analisarmos o livro foi possível perceber que o mesmo era totalmente voltado para os alunos ouvintes e suas necessidades, encontramos diversas atividades que os alunos surdos seriam impossibilitados de realizar, como a que está retratada na Figura 1, acima, com o objetivo de reconhecer os fonemas nas palavras, atividade inviável para o aluno surdo realizar devido a deficiência auditiva, o que torna o livro didático não acessível a todos os alunos.

Figura 2 – Proposta de atividade do livro



Fonte: Autoras (2020)

Ainda em sua metodologia, o método apresenta ao aluno formas de apreensão do conteúdo baseado na oralidade e na sonoridade como demonstra a atividade acima. Além dessa atividade, foi verificado também intruções de ensino do metodo fônico no livro didatico que não dá surpote no processo de aprendizagem do aluno surdo:

Figura 3 – Proposta de atividade do livro

EXEMPLO DE ATIVIDADE: DECOMPONDO PALAVRAS

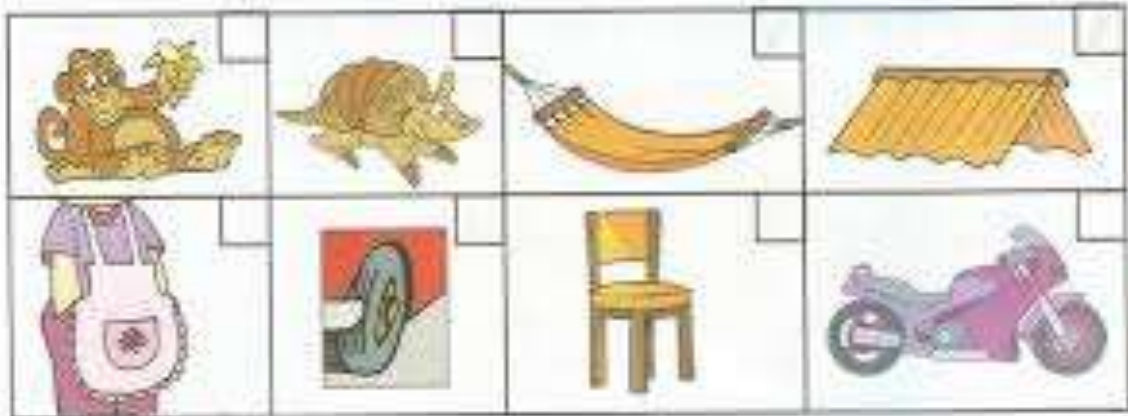
- O adulto deve convidar a criança para fazer uma brincadeira. Ele pode iniciar dizendo "vou falar uma palavra em duas partes, e você vai descobrir que palavra estou querendo dizer". O adulto deve ler cada palavra pronunciando cada parte com muita clareza, fazendo pausa entre as duas partes.
- Por exemplo: PAPA_gAiO = PAPA*g*AiO. Outro exemplo: teLe_visãO = te*Le*visãO.
- Em seguida, o adulto deve convidar a criança a descobrir as próximas palavras. A criança pode falar uma parte e outra criança a segunda parte, ou então o adulto pode utilizar um boneco para ser o "parceiro" na brincadeira.

Fonte: Autoras (2020)

Tais aspectos de aprendizagem da alfabetização alcançam apenas os alunos ouvintes, não sendo eficaz para alunos surdos e sendo tal método utilizado em muitas salas de aula inclusivas, os alunos surdos acabam tendo a sua aprendizagem de forma mais superficial pois muitos professores não conseguem adaptar o método ou recriá-lo para esses alunos.

Figura 4 – Proposta de atividade do livro

Marque com um as figuras cujos nomes têm o /d/:



Fonte: Autoras (2020)

É possível percebermos o quanto a atividade da figura 4 está cheia de aspectos grafo-sonoro-auditivo, no qual o aluno precisa falar a palavra para assim conseguir perceber o /d/ existente nas imagens e realizar a atividade. Portanto, compreendemos que tal perspectiva de aprendizagem é inviável para os alunos surdos, pois por meio desse método eles não conseguirão realizar o que está se pedindo e assim haverá uma dificuldade maior no aprendizado dele.

Figura 5 – Proposta de atividade do livro



Fonte: Autoras (2020)

Ao observarmos o enunciado da atividade acima, conseguimos perceber o quanto ela está voltada para linguagem sonora auditiva, é preciso que o aluno imite o som das figuras. Essa atividade ao ser aplicada em uma sala de aula inclusiva, exclui o aluno surdo da situação de aprendizagem, já que ele não conseguirá fazer essa atividade, pois como sabemos eles não percebem a relação grafo-fonema da mesma forma que os ouvintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o espaço para a socialização, aprendizagem e troca de informações. É importante que o aluno se sinta e se veja incluído nesse ambiente para que o objetivo desse meio seja concluído.

O livro didático é parte importante no processo de identificação do aluno junto à escola, ele o acompanhará durante o ano letivo, tanto nas aulas como em casa. Será um dos responsáveis por instigar ainda mais a sede de aprendizado dos alunos e a busca por novos conhecimentos

Sendo assim, o aluno surdo deve se sentir e se enxergar como participante dessa atmosfera e não visto como o que será excluído mais uma vez, pois não atende as características que o livro didático solicita, livro este que parece não ter sido idealizado pensando também no aluno surdo.

E o papel do professor nesse processo? Consideramos que o professor deve desenvolver saberes e ter capacidades para superar as limitações próprias dos livros usados, que por seu caráter genérico, por vezes, não podem contextualizar nem inserir os saberes assim como não podem ter atividades específicas que visam atender às especificidades de cada aluno.

É preciso romper barreiras do ensino tradicionalista, defendendo de alguma forma a comunicação e possibilitando a participação do aluno surdo na construção de sua aprendizagem. Isso exige adaptações no currículo escolar e organização de uma didática favorável a este processo de inclusão de pessoas surdas em classes regulares.

Entretanto, se a escola não se preparar para receber o surdo, de nada adianta essa visibilidade, pois não basta que ele seja simplesmente colocado dentro da sala de aula. É necessário que mudanças sejam implementadas.

Entendo que a inclusão pode ter um papel de tornar o surdo visível, pois o contato entre surdos e ouvintes pode fazer com que os segundos comecem a conhecer as especificidades dos primeiros, sua língua e cultura, e vice-versa. E a promoção da integração social do aluno surdo,

junto aos ouvintes, promove o (re)conhecimento da surdez, não como deficiência, mas como diferença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. SEF. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon, 2007.

COSTA, K.P. R. **O texto do intérprete de libras no contexto do bilinguismo e o pretexto da inclusão**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, 2008.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GATTI, B. A. A formação inicial dos professores para educação básica: as licenciaturas. **REVISTA USP**, São Paulo. Nº 100, p. 33-46. Dezembro/janeiro/fevereiro, 2013-2014.

LARCERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. dos; CAETANO, J. F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. In: Coleção UAB – UFSCar. *Língua de Sinais Brasileira: uma introdução*. São Carlos: Departamento de Produção Gráfica da USFCar, 2011.

MAGALHÃES, Lúcia. **Consciência fonológica: relação com a aprendizagem da leitura e da escrita**. Disponível em: <https://www.maemequer.pt/desenvolvimento-infantil/desenvolvimento-fase-a-fase/desenvolvimento/consciencia-fonologica/>. Acesso em 28 de julho de 2020.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de . O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNL D. **Revista Brasileira de História**. Associação Nacional de História - ANPUH, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

RAMALHO, B.L.; NUÑEZ, I.B.; GAUTHIER, C. **Quando o desafio é mobilizar o pensamento pedagógico do professor: uma experiência centrada na formação continuada**. Anais do XXIII da Reunião Anual da ANPED, p. 1 – 20, 2000.

ROMANATTO, M. C. **A noção de número natural em livros didáticos de Matemática: comparação entre textos tradicionais e modernos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos –SP, 1987.

SILVA, Thaís Cristóforo. **Dicionário de fonética e fonologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Thaís Cristóforo. **Fonética e fonologia do Português**: roteiro de estudos e guia de exercícios. 10ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, M. B. **Livro didático**: Uma história mal contada. Fazendo Escola. Editora Moderna, 2001.

VYGOTSKY, L. S. (1993) **The fundamental problems of defectology**. In: The collected works of L S Vygotsky. Vol 2. Nova York, Plenum Press. Disponível em<<http://www.marxists.org/archive/vygotsky/works/1929/defectology/index.htm>>, acessado em 25 set. 2019.

VYGOTSKY, L. S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: **A formação social da mente**. São Paulo: Martins fontes, 1998.

ZORZI, Luiz Jaime. **As letras falam**: metodologia para alfabetização – Manual de aplicação. São Paulo: Phonics Editora, 2017.